



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Número do** 1.0000.20.496015-7/001 **Númeraço** 5008461-  
**Relator:** Des.(a) Jair Varão  
**Relator do Acórdão:** Des.(a) Jair Varão  
**Data do Julgamento:** 22/10/0020  
**Data da Publicação:** 23/10/2020

**EMENTA:** APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - CEMIG - ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANOS MATERIAIS E MORAIS - AUSÊNCIA DE ENERGIA EM FESTA DE CASAMENTO. OCORRÊNCIA.

1 - De acordo com o art. 37, § 6º, da CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

2 - Havendo comprovação dos danos materiais sofridos pelos requerentes, decorrentes da ausência de energia elétrica em festa de casamento, impossibilitando a utilização de alguns serviços prestados por terceiros, é devida sua indenização.

3 - Os danos morais decorrem de ofensa a um aspecto da personalidade do indivíduo e não de meros aborrecimentos nem do simples inadimplemento de alguma obrigação.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.20.496015-7/001 - COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES - APELANTE(S): CEMIG DISTRIBUICAO S.A., [REDACTED], [REDACTED] APELADO(A)(S): CEMIG DISTRIBUICAO S.A., [REDACTED], [REDACTED]

**A C Ó R D ã O**



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Vistos etc., acorda, em Turma, a 3ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS.

DES. JAIR VARÃO

RELATOR.

DES. JAIR VARÃO (RELATOR)

## VOTO

Cuida-se de recurso de apelação contra a sentença da lavra do juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares que, nos autos da ação de indenização por danos morais e materiais proposta por [REDACTED] e outro em face de Cemig Distribuição S/A, julgou nos seguintes termos:

ISSO POSTO, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais aos autores do seguinte modo:

- 1 - danos materiais: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), comatualização monetária pelos fatores da CGJ/MG desde o ajuizamento e juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação, ambas as incidências até real pagamento;
- 2 - danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada um dos autores, comatualização monetária e juros moratórios observando-se os índices e taxa descritos no item 1, respectivamente a partir da sentença e ato ilícito (dia do

casamento, nos termos das Súmulas 54 e 362, ambas do excelso STJ, até real pagamento.

Condeno a requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da parte requerente, os quais arbitro em 20% sobre o valor atualizado da condenação.

Recorre a Cemig Distribuição S/A, com razões no evento de ordem 64, Jpe, alegando, em síntese, que não há que se falar em responsabilidade civil porquanto há previsão contratual de descontinuação de fornecimento de energia em casos específicos. Sustenta que os danos materiais devem ser afastados por ausência de comprovação dos prejuízos. Quanto aos danos morais, tece considerações sobre a exorbitância do valor e pede sua redução, acaso não haja seu afastamento. Requer o provimento de seu apelo.

Recurso adesivo apresentado no evento de ordem 70, Jpe, sustentando os autores, em suma, que a culpa pelo corte de fornecimento de energia elétrica foi da parte ré, configurando-se o dever de indenizar. Esclarece que restaram bem caracterizados os danos materiais e morais, pelo que devem ser revistos os valores da condenação estabelecida na sentença. Pede a reforma da sentença.

Manifestações, de parte a parte, sobre os recursos interpostos.

## **I - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

Conheço dos recursos, porque presentes os demais pressupostos de admissibilidade.

## **II - JUÍZO DE MÉRITO**

Passo à análise conjunta dos recursos, ante a prejudicialidade das questões debatidas.

A questão controvertida consiste em estabelecer se há ou não responsabilidade civil da CEMIG, bem como eventual valor da condenação em danos materiais e morais, decorrente da falta de energia elétrica no dia da cerimônia de casamento dos autores.

De acordo com o art. 37, § 6º, da CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Trata-se, com efeito, da aplicação da teoria do risco administrativo que impõe a responsabilidade objetiva aos atos comissivos perpetrados pela Administração Pública, bem ainda pelos particulares igualmente prestadores de serviço público.

Notadamente, a responsabilidade civil objetiva do Estado configura-se com os seguintes requisitos: a) dano; b) ação administrativa e; c) o nexo de causalidade entre o dano e a ação administrativa.

Em relação ao dano, é indubitável a sua ocorrência, tendo em vista não ter decorrido de nenhuma hipótese de escusa contratual, nem ter havido notificação prévia da ruptura do fornecimento, como esclarecido na bem lançada sentença, ou seja, não tendo havido hipótese emergencial, caso fortuito ou força maior, deveria ter sido restabelecido o fornecimento dentro de prazo razoável, o que não se observou, já que o local da festa esteve desabastecido de energia elétrica das 8 às 23:30h.

A ação administrativa alegadamente consistiria na omissão, perpetrada pela CEMIG Distribuição, em proceder à adequada manutenção da rede elétrica e, em caso de descontinuidade, retomar o fornecimento o mais breve possível, o que não se verificou.

Logo, demonstrado o nexo de causalidade e configurado o dever de indenizar.

Quanto aos danos materiais, observo que, de fato, a cerimônia foi realizada, a despeito de compreender que não da maneira esperada, o que será tratado no tópico do dano moral. Aqui, cabe considerar o que comprovadamente não pode ser executado/realizado.

Assim, seguindo esta linha de raciocínio, não foram prestados os serviços de iluminação e som, considerando que os serviços de buffet, bolo, vestido, decoração e fotos foram efetivamente utilizados, ainda que de forma precária, o que poderá se resolver em danos morais.

Desta feita, considerando apenas os serviços não prestados, o valor de R\$2.600,00, a título de danos materiais deve ser mantido.

Quanto aos danos morais, estes decorrem de ofensa a um aspecto da personalidade do indivíduo e não de meros aborrecimentos nem do simples inadimplemento de alguma obrigação.

Revelam os autos que, efetivamente, os autores sofreram danos morais em decorrência da falta de energia elétrica no dia da cerimônia do casamento, situação inesperada que ultrapassa um mero aborrecimento cotidiano.

Fato é que a festa de casamento dos autores ocorreu não da maneira esperada, mas de forma precária.

Logo, o dano decorre de forma direta e imediata do serviço mal prestado, nos termos do art. 403 do Código Civil.

Os critérios a serem utilizados para fins de arbitramento da indenização são cediços. Não é, entretanto, tarefa fácil fixar um valor que, por um lado, amenize o abalo sofrido, sem causar enriquecimento despropositado, e, por outro, tenha caráter pedagógico, sem fugir aos parâmetros da proporcionalidade.

No caso, quanto à condenação dos danos morais, a questão foi bem dimensionada pelo magistrado em primeiro grau.



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Desse modo, em concordância com o juízo a quo, arbitro o valor da reparação por danos morais em R\$10.000,00.

## III - DISPOSITIVO

Isso posto, nego provimento ao primeiro e segundo recursos.

Custas recursais meio a meio, observadas as isenções e inexigibilidades. Deixo de majorar os honorários, nos termos do art. 85, §11, por já se encontrarem arbitrados no máximo legal.

DES. MAURÍCIO SOARES - De acordo com o(a) Relator(a).

JD. CONVOCADA LUZIA PEIXÔTO - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS."